DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DOS

PROJETOS POLÍTICO PEDAGÓGICOS

das Escolas da Rede Municipal de Educação de Arari

DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DOS

PROJETOS POLÍTICO PEDAGÓGICOS

das Escolas da Rede Municipal de Educação de Arari

FICHA TÉCNICA

Rui Fernandes Ribeiro Filho
Prefeito Municipal

Raimundo de Jesus Silva Sousa
Vice-Prefeito

Marcelo Sousa Santana
Secretário Municipal de Educação

Joelma Braga da Silva Pereira
Coordenadora Pedagógica Geral

Flavia Maria Lopes da Graça
Coordenação da Educação Infantil

Janaina Maria Santos Sousa
Coordenadora do Ensino Fundamental Anos Iniciais

Raimunda do Bom Parto Martins
Coordenadora do Ensino Fundamental Anos Finais

Elaine dos Santos Fernandes
Coordenação do Busca Ativa Escolar

Patrícia do Rosário Pereira
Coordenação do DAEE

Supervisores Pedagógicos
Gestores Escolares
Gestores escolares adjunto
Agentes Pedagógicos
Composição da equipe de construção do PPP

Rodson de Jesus Corrêa
Articulador do Projeto Nós
Realização

Porticus
Iniciativa

Associação Cidade Escola Aprendiz
Centro de Referências em Educação Integral
Coordenação Técnica

Derick Ramon
Projeto Gráfico e Diagramação

SUMÁRIO

Apresentação 06

Parte 1 - Fundamentos para construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) em Arari

Conceituação do Projeto Político Pedagógico - PPP 09

Caracterização da rede 12

- Educação Integral em Arari 13
- Territórios Educativos 16
- Currículo 21

Gestão Democrática 23

- Participação Comunitária 24
- Protagonismo Estudantil 25

Parte 2 - Construindo o Projeto Político Pedagógico (PPP)

Etapa 01 - Definição dos responsáveis pela condução do processo 28

Etapa 02 - Participação da comunidade na construção do PPP 28

Etapa 03 - Definição das comissões de trabalho.....30
Etapa 04 - Estudos da legislações vigentes sobre PPP e Concepção de Educação Integral 33
Etapa 05 - Organização do processo de elaboração do PPP 35
Etapa 06 - Apresentação dos resultados de trabalhos das comissões 37
Etapa 07 - Validação do documento 37
Etapa 08 - Divulgação do PPP 38
Etapa 09 - Proposta de revisão e atualização 39

Parte 3 - O papel da Secretaria de Educação na construção/revisão do PPP

Modelo de gestão integrada 41

APRESENTAÇÃO

Um sistema educacional inclusivo, equitativo, contemporâneo e sustentável, ou seja, orientado pelos princípios da Educação Integral, pressupõe uma organização que favoreça práticas de gestão e pedagógicas comprometidas com a formação de cada criança e cada estudante em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, cultural e social.

O presente documento é resultado de uma construção coletiva e reflexiva entre a Secretaria Municipal de Educação de Arari (SEMED) e o Centro de Referências em Educação Integral, com objetivo de consolidar diretrizes para a elaboração dos Projetos Político Pedagógicos (PPP) das escolas municipais de Arari. Esse processo de construção se deu no contexto do projeto 'NÓS' – Iniciativa pela Educação Integral em Territórios Amazônicos de iniciativa da Porticus.

A SEMED de Arari é um órgão governamental que atua no desenvolvimento de políticas públicas que assegurem a aprendizagem e o desenvolvimento integral de crianças e estudantes. Ter consciência e nitidez desse papel é determinante para possibilitar e garantir o direito a uma educação integral. Por isso, a elaboração desta proposta se deu de forma abrangente e buscou colocar em diálogo as necessidades e demandas das comunidades escolares, em particular de crianças e estudantes, os marcos legais atuais e os referenciais teóricos da Educação Integral.

A revisão periódica do PPP das escolas é fundamental para a implementação de processos mais democráticos nas redes. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, este documento é passível de atualização/revisão em qualquer época para atender as características e necessidades da comunidade escolar e garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988, p. 90).

Aliado aos Subsídios para Elaboração Curricular da Rede Municipal de Educação de Arari e ao Caderno de Desenho Inicial da Política de Educação Integral do Sistema Municipal de Ensino de Arari – MA, este caderno, tem como intuito contribuir para que a elaboração dos projetos políticos pedagógicos das escolas municipais de Arari se dê de forma participativa e democrática trazendo para o cotidiano das comunidades escolares os princípios e práticas da Educação Integral preconizados nas políticas educacionais do município.

1 PARTE

FUNDAMENTAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) por meio dos seus artigos 12, 13 e 14, atribui às unidades de ensino a incumbência de elaborar, implementar, acompanhar e avaliar de forma democrática, seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP).

A Secretaria Municipal de Educação de Arari (SME) entende que o item IV do artigo 12, "articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola" (BRASIL, 1996) dialoga de modo direto com os objetivos para a construção dos Projetos Político Pedagógicos (PPP) das unidades escolares de Arari, uma vez que a SEMED acredita que uma construção ancorada pelos princípios da Educação Integral e pautadas pela participação comunitária, somada ao protagonismo estudantil, contribuirá para que as escolas implementem políticas comprometidas com o contexto dos territórios em que estão localizadas as escolas, como, igualmente adotem medidas e práticas com vistas ao desenvolvimento integral dos estudantes.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento que orienta as ações da escola e integra um conjunto de ações com o intuito de tornar a construção do espaço escolar, bem como os processos de ensino-aprendizagem mais democráticos, diversos e plurais. Muito mais do que um compromisso burocrático, esse documento, construído de forma coletiva e participativa, reúne informações sobre a escola, a comunidade escolar e o território em que a escola se insere, apresentando os desafios que a unidade escolar enfrenta, assim como suas potencialidades, e estabelecendo objetivos, metas e ações para superar as questões mapeadas. E mais, esse documento visa sistematizar os sonhos que a comunidade tem para a instituição escolar, bem como para o território que ela abrange. Em suma, ele fortalece a identidade da escola e orienta as práticas pedagógicas e de gestão da instituição de forma pactuada coletivamente.

A dimensão política do Projeto Político Pedagógico, como argumenta Saviani (1983, p. 93), "(...) se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica". Assim, segundo Veiga,

> **Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas para cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (VEIGA, 1995, p. 13).**

Deste modo, entendemos que, por meio do PPP, a comunidade escolar torna-se corresponsável pela formação de crianças e estudantes e pela própria escola. Nesse sentido, a elaboração coletiva e participativa do PPP é fundamental para que faça sentido para a comunidade escolar, de modo que o documento seja uma bússola coletiva para o fazer da escola e que, igualmente, esteja em constante construção.

Quanto à sua estrutura, o PPP pode ter várias divisões e subdivisões, de acordo com os diferentes e diversos contextos e particularidades das comunidades escolares. A partir da estrutura sugerida na metodologia "Educação Integral Na Prática" do Centro de Referências em Educação Integral e, em diálogo com formatos sugeridos na literatura sobre o PPP, sugerimos abaixo uma estrutura basilar:

- **Introdução:** Definir a missão (propósito da instituição), a visão (quais conquistas a comunidade escolar deseja alcançar) e os princípios (atributos que orientam a atuação) da escola almejando o desenvolvimento integral do estudante, levando em consideração o contexto local;
- **Contexto da escola:** Descrever a comunidade escolar e suas características sociais, étnicorraciais, econômicas, culturais, ambientais e etárias do território em que a escola se insere.
- **Caracterização da escola:** Apresentar a organização da gestão pedagógica, tempo de trabalho coletivo dos profissionais, protagonismo dos estudantes, horários das atividades, espaços físicos, equipamentos e recursos humanos, financeiros e materiais. Descrever quais são as parcerias estabelecidas, os projetos desenvolvidos e como ocorre a participação comunitária.

- **Diagnóstico de indicadores educacionais:** Contemplar indicadores educacionais, tais como acesso (matrícula e evasão); fluxo (reprovação e distorção idade-série) e aprendizagem (resultados de avaliações) e os demais indicadores relevantes ao contexto.
- **Bases legais:** mencionar as legislações que sustentam os objetivos da escola e orientam suas práticas pedagógicas, tal como a Lei de Diretrizes e Base (LDB), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Documento curricular do território maranhense (DCTMA), Diretrizes Curriculares para educação das relações étnicorraciais, quilombola, indígena e do campo.
- **Plano de ação:** Descrever as ações de gestão e pedagógicas que serão desenvolvidas para atingir os objetivos.

Cabe ressaltar que essa estrutura pode e deve ser aperfeiçoada de acordo com a realidade de cada território e unidade escolar, levando em consideração a importância do documento ser construído no coletivo e com a participação dos diferentes e diversos atores e atrizes sociais.

Para além da estrutura que o documento físico deve ter, conforme refletimos, é imprescindível que retomemos a importância do PPP como uma prática viva, inconclusa, sempre em direção do que a escola quer ser, precisando ser revisitado continuamente em busca da criação de sentido para a comunidade escolar e em diálogo com as questões emergentes do território.

CARACTERIZAÇÃO DA REDE DE ENSINO DE ARARI

Atualmente o Sistema Municipal de Ensino de Arari é constituído por 58 escolas, sendo que 13 estão localizadas na área urbana e 45 na área rural. Para melhor acompanhar o trabalho dos estudantes, e, em razão da diversidade territorial em que a maioria das escolas está inserida, as unidades escolares são agrupadas em 24 polos, com grupos

compostos por até seis escolas. Essa organização faz-se necessária a fim de atender as demandas formativas das unidades escolares, garantindo flexibilidade na alocação de membros da equipe gestora para melhor atendê-las.

Educação Integral em Arari[1]

A Secretaria Municipal de Educação de Arari reconhece na Educação Integral uma proposta relevante para a superação das desigualdades que marcam a sociedade brasileira em geral e, em particular, o município de Arari. Desse modo, a SEMED compreende que a Educação Integral pode contribuir para a construção de conhecimentos com sentido e significado por meio de aprendizagens relevantes, acessíveis, pertinentes e transformadoras para crianças, estudantes e suas comunidades. Deste modo, compreende ser fundamental que as políticas educacionais se comprometam com o pleno desenvolvimento de cada sujeito, considerando suas singularidades e identidades plurais, bem como para as relações que tem com a sua comunidade.

Para tanto, parte-se da ressignificação das práticas pedagógicas pensadas para além da sala de aula, e que possibilitem a reelaboração do sentido da escola e da educação para a vida. Em paralelo, o objetivo é consolidar uma educação que possibilite aos estudantes a ampliação das oportunidades e o fortalecimento de sua participação cidadã no processo de concretização dos fundamentos, garantia do direito de aprendizagem e seu pleno desenvolvimento, considerando as cinco dimensões: intelectual, física, cultural, social e emocional.

[1] Este trecho foi extraído do Desenho Inicial da Política de Educação Integral do Sistema de Ensino Municipal de Arari - MA. Entendemos que a leitura e incorporação de suas premissas pode contribuir com a elaboração dos projetos políticos pedagógicos das unidades escolares.

A Proposta Pedagógica do Sistema Municipal de Ensino de Arari, na perspectiva da Educação Integral e alinhada à BNCC, considera como princípios norteadores para a educação arariense:

EQUIDADE

Reconhecimento do direito de todos e todas de aprender e acessar oportunidades educativas diversificadas, a partir da interação com múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes, levando em consideração as especificidades raça, gênero e etnia.

INCLUSÃO

Reconhecimento da singularidade e diversidade dos sujeitos, a partir da construção de projetos educativos pertinentes para todos e todas, levando em consideração as especificidades raça, gênero e etnia.

SUSTENTABILIDADE

Compromisso com processos educativos contextualizados, perenes e com a interação permanente entre o que se aprende e se pratica.

CONTEMPORANEIDADE

Compromisso com as demandas do século XXI, com foco na formação de sujeitos críticos, autônomos e responsáveis consigo mesmos, com suas comunidades e com o mundo.

Fig 2. Princípios da Educação Integral (adaptado). Fonte: Educação Integral Na Prática. Conceitos, princípios e estratégias estruturantes. Caderno 1 (CREI, 2017, p. 16).

De modo geral, a Educação Integral - com base nos princípios elencados - deve promover uma abordagem contextualizada da realidade local que estabeleça nexos e vínculos com a sociedade contemporânea, seus desafios, seus dilemas e suas demandas promovendo uma escola capaz de:

- Compreender e assumir o tempo presente, com seus problemas e necessidades, e, assim, gerar alternativas humanizadoras para o mundo;
- Considerar as práticas da sociedade, sejam elas de natureza econômica, política, social, cultural, ética ou moral; e as relações diretas ou indiretas dessas práticas com os problemas específicos da comunidade local;
- Conhecer as expectativas dessa comunidade, suas necessidades, formas de sobrevivência, valores, costumes e manifestações culturais e artísticas atender a comunidade e auxiliá-la a ampliar seu instrumental de compreensão e transformação do mundo;
- Ser concebida como polo cultural, em que o conhecimento já sistematizado pela humanidade é socializado e trabalhado de forma não fragmentada, ampliando o repertório cultural dos estudantes e da comunidade, através do debate das principais questões locais e nacionais;
- Promover a identidade cultural do estudante, inserindo-o no mundo em que vive.

Em síntese, o grande desafio será produzir, instituir e gerar condições para que a Política de Educação Integral seja efetivada na prática de cada escola, na qual entende-se que o Projeto Político Pedagógico pode ser um caminho para a materialização dessa política, oportunizando assim que cada estudante tenha suas singularidades respeitadas e levadas em consideração.

Territórios Educativos

> **"O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida" (SANTOS, 1999)**

O mapeamento de territórios educativos em Arari publicados nos Subsídios para Elaboração Curricular da Rede Municipal de Educação de Arari - MA e no Desenho Inicial da Política de Educação Integral do Sistema Municipal de Ensino de Arari – MA nos possibilita ter uma dimensão sobre as potencialidades dos territórios educativos no município.

É importante que as unidades escolares utilizem esses materiais como ponto de partida para iniciar as reflexões no processo de construção de seus Projetos Político Pedagógicos, pois como argumenta Santos (1999), "O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si", assim, a escola precisa se conectar ao território em que está inserida, compreender suas especificidades socioculturais, econômicas e políticas.

O argumento de Santos (1999) de que "O território usado é o chão mais a identidade" pode ser uma bússola para nos ajudar a compreender quais são os "chãos e identidades" que estão formando o território em que a escola se insere e, deste modo, conhecer o perfil da comunidade escolar e refletir sobre como a escola pode, por exemplo, dialogar com as especificidades das comunidades tradicionais presentes no território.

Comunidades Tradicionais (DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007) - "De acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição."

Territórios Educativos em Arari

Os documentos "Subsídios para Elaboração Curricular da Rede Municipal de Educação de Arari - MA" e "Desenho Inicial da Política de Educação Integral do Sistema Municipal de Ensino de Arari – MA" apresentam um mapeamento sobre os territórios educativos de Arari, o que possibilita ter uma ampla dimensão sobre as potencialidades desses territórios no processo de ensino-aprendizagem da rede municipal.

Mas, ao mesmo tempo, é importante para a construção dos Projetos Político Pedagógicos das unidades escolares a atualização dos mapeamentos, e, uma estratégia para essa ação, é o envolvimento da comunidade escolar com o intuito de compreender como que hábitos, costumes, tradições, dinâmicas, agentes, lugares, culturas e saberes influenciam no cotidiano dessa comunidade e por conseguinte no dia a dia da escola.

Portanto, na identificação dos territórios educativos ao entorno da escola, é importante considerar:

- Qual é o perfil dos educandos que frequentam a escola?[2]
- Quais são os seus saberes costumes e experiências significativas? Quais são os saberes, costumes e experiências significativas de suas famílias e comunidades?
- Quais são os espaços, saberes, dinâmicas e agentes de suas comunidades (bairros, vilas e povoados)?
- Como a escola pode utilizar os territórios educativos que foram mapeados no entorno da unidade escolar?

[2] É importante ter nesse perfil dados sobre o gênero, raça, etnia do aluno e da aluna.

O quadro abaixo pode contribuir na realização do mapeamento desses territórios.

ESPAÇOS	SABERES	DINÂMICAS	AGENTES
Os espaços são os ambientes (de fora e de dentro das edificações, das escolas, dos museus, entre outros) e os lugares (espaço físico dotado de significado, de identidade que atribui sentido e valor afetivo e social).	Alimentação, Brincar, Calendário Local, Cultura de Paz, Cultura Popular, Curas e Rezas, Economia Local, Étnico-racial, Expressões Artísticas, Gênero, Habitação, Língua Falada, Meio Ambiente, Mobilidade Urbana, Narrativas Locais, Organização Política, Patrimônio e Tecnologia	As dinâmicas são os processos naturais e sociais que ocorrem no território: eventos climáticos, festas, rituais, deslocamentos, enfim, processos que caracterizam formas de uso do território.	Os agentes são pessoas, coletivos ou instituições (públicas ou privadas) que atuam direta ou indiretamente naquele local, modificando suas dinâmicas, gerando demandas ou realizando intervenções. Os agentes, se articulados, têm poder de transformar um território.

EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO. Currículo da Cidade Educadora. Disponível em: http://www.educacaoeterritorio.org.br/especiais/curriculo-da-cidade-educadora.

Em Arari há uma riqueza singular em cada território, seja na Praça do Folclore, na Casa de Farinha, nos Campos de Pescas, nos Campos de Futebol, nos Templos Religiosos ou no Rio Mearim ou em outro potencial típico da região/localidade/comunidade em que a escola está inserida. São inúmeras e diversas riquezas, que quando olhadas apreciadas com um intencionalidade pedagógica, revelam saberes.

Entendemos que a presença dos territórios educativos é algo importante na construção dos projetos políticos pedagógicos das escolas, assim, a secretaria municipal de educação deve apoiar as escolas na atualização desse mapeamento.

PPP e Currículo[3]

A Rede Pública Municipal de Ensino de Arari acredita que a função social da escola é formar cidadãos para o exercício pleno da cidadania e para o trabalho. Nesse contexto, faz-se necessário um currículo em que o processo ensino e aprendizagem esteja voltado para a formação integral, atendendo aos educandos em suas reais necessidades.

Nesse sentido, compreende-se que os Projetos Político Pedagógicos das escolas definem as bases para o estabelecimento e a elaboração de ações pedagógicas, políticas e administrativas e devem ser tecidos no âmbito das escolas, compartilhados por crianças, estudantes, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.

Faz-se necessário repensar a escola e a forma como ela se organiza (espaços e tempos), buscando modos mais flexíveis de funcionamento. Igualmente importante é construir metodologias que valorizem a experiência e o protagonismo de crianças, adolescentes, jovens e adultos, tornando a escola mais atraente e mais engajada com a comunidade.

[3] Esta parte foi extraída dos Subsídios para Elaboração Curricular da Rede Municipal de Educação de Arari - MA. Entendemos que a leitura e incorporação de suas premissas pode contribuir com a elaboração dos projetos políticos pedagógicos das unidades escolares.

Currículo baseado em competências

Um currículo integrador apoia o desenvolvimento das competências gerais da BNCC na medida em que oferece um campo concreto de experiências, nas quais os estudantes podem aplicar e consolidar habilidades, refletir sobre o conhecimento construído e conscientizar-se das atitudes relacionadas a ele. Para isso, o currículo deve ser baseado, fundamentalmente, em situações concretas, que propõem a ação e o diálogo entre a teoria e a prática, o concreto e o abstrato, o campo real e o campo conceitual.

Assim, adotar um currículo por competências pressupõe que ele seja orientado pelos princípios pedagógicos da transposição didática, da interdisciplinaridade, da aprendizagem significativa e da contextualização (CREI, 2019).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) prevê, em seu artigo 26º , que os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter uma base nacional comum. No entanto, ela deve ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, que se relacione/dialogue com as características regionais e locais da comunidade em que os educandos vivem.

Além de considerar as diretrizes estabelecidas pelo governo federal, uma matriz curricular orientada pela Educação Integral deve criar condições para o desenvolvimento dos estudantes, considerando as formas diversas de organização escolar, assim como a infraestrutura física, as parcerias intersetoriais, os recursos humanos e pedagógicos, a estrutura funcional e as formações e as estratégias de avaliação de cada contexto escolar.

Além disso, é importante que a matriz curricular, o plano de ensino e o plano de ação da escola, estruturem as conexões entre a produção colaborativa, a gestão democrática do conhecimento e o protagonismo dos estudantes.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

As legislações brasileiras, em particular a Constituição Federal de 1988 (art. 206), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (art. 15), o Plano Nacional de Educação (meta 19) e a Base Nacional Comum Curricular determinam que as escolas públicas implementem uma gestão democrática no qual se tenham "progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público" (LDB – Art 15).

É de responsabilidade dos sistemas de ensino definirem as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica em consonância com as especificidades e particularidades de seus territórios e levando em consideração as desigualdades educacionais, em nível nacional, estadual e municipal.

Ao falar em gestão democrática, parte-se de um lugar em que a comunidade tem responsabilidades neste processo e que os princípios da Educação Integral são essenciais, assim, entendemos que:

- Equidade, Inclusão, Contemporaneidade e Sustentabilidade fazem parte dos pilares dessa gestão;
- A participação comunitária é necessária na construção do projeto de educação que a escola vai desenvolver;
- O foco do trabalho deve ser o desenvolvimento integral das crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Além disso, o documento de Desenho Inicial da Política de Educação Integral construído pela rede municipal de educação recomenda as seguintes práticas da gestão democrática:

- Elaboração do Projeto Político pedagógico da instituição com a participação da comunidade escolar;

- Escolha do dirigente escolar por meio de eleição;
- Participação em colegiado escolar;
- Participação em grêmio estudantil;
- Participação em conselhos de educação;
- Participação em conselhos de controle social;
- Participação em fóruns de educação;
- Promoção de assembléias com a participação das comunidades tradicionais.

Além disso, o Documento de Desenho Inicial da Política de Educação Integral construído pela rede municipal de educação recomenda as seguintes práticas da gestão democrática:

Participação Comunitária

A escola, como instituição pública de educação, cumpre uma finalidade coletiva, social, cultural e pública. Apresenta elevado grau de importância para a comunidade escolar e para a sociedade que a mantém. Essa questão aponta para a necessidade de a comunidade participar efetivamente da gestão da escola, de modo que ela ganhe autonomia em relação aos interesses dominantes representados pelo Estado (Paro, 2008, p. 40)

Uma instituição de ensino que realiza uma gestão participativa considera que toda a comunidade escolar deve participar, de maneira colaborativa e ativa, das principais decisões da escola – principalmente no que se refere à área pedagógica.

Portanto a SEMED de Arari, através de suas instituições de ensino, estimula e favorece a participação das comunidades nas ações desenvolvidas, tais como, construção do PPP, discussão do rendimento bimestral- Conselho de Classe, Projetos Pedagógicos, etc. - pois entende-se que em lugar de os problemas serem discutidos e resolvidos dentro das quatro paredes da sala da administração, esse processo deve ocorrer

com a participação de crianças, estudantes, familiares, professores e outros segmentos envolvidos na rotina escolar.

Com isso, tanto os funcionários, docentes, comunidades quanto crianças e estudantes sentem que podem participar ativamente das decisões, sendo motivados a buscar soluções para sanar os problemas enfrentados pela escola. Esse engajamento é benéfico para todos.

Para além da tomada de decisão colaborativa, a gestão participativa consegue efetivar o exercício do respeito às diferenças e opiniões e a preservação dos direitos individuais e coletivos. Ou seja, é uma verdadeira aula de democracia!

Protagonismo Estudantil

O ensino-aprendizagem com foco no desenvolvimento integral do sujeito deve apoiar-se em estratégias que incentivem e criem condições para o protagonismo estudantil.

O objetivo de incentivar esse protagonismo é oportunizar para os estudantes experiências que promovam, dentre outras possibilidades, a autonomia, a criticidade e a responsabilidade com o outro, com a comunidade que vive e com a sociedade de um modo geral.

A implementação dos princípios da Educação Integral (equidade, inclusão, contemporaneidade e sustentabilidade) na concepção, implementação, acompanhamento e avaliação dessas ações/metodologias pode contribuir com a formação integral do estudante.

Para tanto, somado ao processo de incentivo à participação estudantil e fomento de criação de espaços de engajamentos, cabe à escola fomentar processos democráticos e decisórios quanto às temáticas pertinentes aos estudantes, como a própria aprendizagem.

PARTE 2

CONSTRUINDO O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

METODOLOGIAS DE TRABALHO

Esta segunda parte apresenta a proposta de um traçado metodológico para o apoio à construção e/ou revisão dos PPPs das escolas de Arari. No entanto, é importante salientar que esta proposta pode e deve ser ajustada de acordo com o contexto, realidade e especificidades de cada território e unidade escolar, com especial atenção para as escolas localizadas nas comunidades tradicionais e/ou que atendem essas comunidades.

A elaboração do passo a passo a seguir está pautado num processo de produção coletiva, participativa, inclusiva e democrática; e na compreensão do que é a expectativa da rede de ensino de Arari, a partir das discussões realizadas anteriormente.

PASSO 01 - DEFINIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA CONDUÇÃO DO PROCESSO

A equipe gestora, em conjunto com os docentes da escola, deverá definir uma equipe responsável por orientar o processo de elaboração do PPP de maneira participativa e colaborativa. Para tanto, as pessoas envolvidas nessa organização devem conhecer a legislação pertinente ao PPP; conhecer, analisar a pertinência e validade do PPP existente na escola (caso haja); ter clareza sobre o uso do PPP pelos demais membros da comunidade escolar; conhecer as características do território em que a escola está inserida (quais são as comunidades existentes? Suas dinâmicas? Saberes? Agentes?).

PASSO 02 - PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA CONSTRUÇÃO DO PPP

O projeto político pedagógico é o documento responsável por revelar a identidade da escola e de sua comunidade, de modo a organizar o processo educacional da escola. Para tanto, ele precisa ser pensado e colocado em prática por toda a comunidade escolar, viabilizando formas de participação da comunidade em todo seu processo.

Portanto, para que as pessoas possam participar efetivamente, primeiramente elas precisam conhecer a relevância e importância do documento, além de serem convidadas a participar desse processo colaborativamente.

Uma boa forma de integrar comunidade neste processo de construção é convidando as pessoas a demonstrar suas expectativas com relação à escola e seus processos. Exemplo:

- Reunir a comunidade escolar;
- Pedir para as pessoas participantes responderem: “o que a escola representa para a comunidade/bairro?” (Nesse mo-

mento, uma pessoa escreve em um painel/lousa/cartolina as palavras que foram faladas);

- **Na sequência, dividir as pessoas em grupos e pedir para responderem as perguntas:**
    - Qual é a importância da escola?
    - Que escola queremos?
    - Como a comunidade pode ajudar na formação das/os alunas/os?

IMPORTANTE

Durante a atividade é importante que um dos responsáveis pela condução do processo vá sistematizando as reflexões do grupo para socialização ao final e endereçamento dos trabalhos posteriores.

A partir dos itens trazidos pelos participantes, a comunidade é provocada a pensar em como tais desejos e demandas podem ser realizados e como a participação de cada um é importante neste processo.

A manifestação dos anseios da comunidade sobre o papel assumido pela escola, é um dos itens de grande importância no processo de elaboração do PPP. Essa sistematização, portanto, deverá orientar todo o trabalho de construção do documento - definição dos pilares do PPP; missão, visão e valores; integrando o planejamento das ações.

PASSO 03 - DEFINIÇÃO DAS COMISSÕES DE TRABALHO

As comissões de trabalho são um excelente recurso para qualificar o processo de elaboração do documento e retirar dos representantes da escola, especialmente gestores a responsabilização solitária na elaboração do PPP. Ao trazerem seus sonhos e apontarem sugestões para sua realização, a comunidade tem a chance de, voluntariamente, integrar a comissão de trabalho para elaboração do documento, fazendo parte deste processo, de modo a sentirem-se representadas no documento.

IMPORTANTE

É necessário que a escola crie condições (espaço e ambientação) para que a comunidade se sinta acolhida e possa participar ativamente das atividades propostas. Um bom exemplo para esse acolhimento, é o trabalho em círculo, que pressupõe uma horizontalidade no diálogo e possibilita que todos possam se olhar, se ouvir, referendando a importância de cada um, independentemente da posição hierárquica no grupo.

LEMBRETE

É necessário que as comissões sejam diversas, contando com a participação de profissionais da escola, estudantes e integrantes da comunidade.

Abaixo, seguem dois exemplos de comissões/temas que podem contribuir para a construção dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas em Arari. O primeiro refere-se ao PPP do Centro Integrado de Educação Integral Serra Grande do município de Uruçuca, no estado da Bahia.

1. MAPEAMENTO	2. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	3. SISTEMATIZAÇÃO
OBJETIVO Produzir insumos para a contextualização do PPP.	**OBJETIVO** Produzir insumos para a proposta pedagógica do PPP.	**OBJETIVOS** Produzir insumos legislativos para o PPP. Consolidar produções das demais Comissões na redação do PPP.
A partir de Diagnóstico do território; diagnóstico das condições de vida dos estudantes; identificação dos potenciais educativos do território.	**A partir de** Compreensão da concepção de currículo na EI, da BNCC e das competências gerais; investigação, pesquisa e experimentação de práticas de gestão e pedagógicas da EI; proposição de orientações e práticas de referência para o CIEI.	**A partir de** Estudo do contexto histórico e legislações educacional e ambiental; redação do documento base do PPP a partir dos insumos das demais comissões.

Quadro de comissões do Político Pedagógico. Centro Integrado de Educação Integral Serra Grande do município de Uruçuca, no estado da Bahia. 2020, p. 16.

O segundo é referente ao Projeto Político Pedagógico do Território Quilombola (PPPTQ)[4], comum às quatro escolas localizadas no Quilombo Conceição das Crioulas, que está localizado no município de Salgueiro, na região semiárida do estado de Pernambuco. O PPPTQ está estruturado em sete eixos, no qual cada eixo representa uma comissão de trabalho.

- Território;
- História;
- Identidade;
- Organização;
- Saberes e conhecimentos próprios;
- Gênero e;
- Interculturalidade.

São duas estratégias que foram utilizadas em municípios do interior do Brasil e que contribuíram de modo efetivo para a construção do PPP de forma participativa, democrática e inclusiva.

[4] Silva, Givânia Maria da. Caderno educação escolar quilombola. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2020. Disponível em <http://praticaseducativas.org.br/documentos/educacao_escolar_quilombola.pdf> Acesso em 29 de agosto de 2023.

PASSO 04 - ESTUDOS DA LEGISLAÇÕES VIGENTES SOBRE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

Tendo em vista que o processo de elaboração do PPP encontra-se fundamentado nas legislações vigentes e na concepção de Educação Integral (conforme descrito anteriormente), faz-se necessário que todos os integrantes da Comissão heterogênea de trabalho conheçam as bases legais e demais documentos de referência nacionais e locais

A equipe responsável da escola assume a liderança neste processo, atuando como facilitadora no entendimento das pessoas alheias ao universo escolar. Para tanto, define materiais a serem utilizados, constitui cronograma e promove momentos de interação para troca entre os participantes.

Importante se atentar para essas legislações:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), que é a Lei maior, com valor Constitucional, nenhuma outra lei ou regulamentação pode contrariá-la;
- Plano Nacional de Educação (Lei Federal Nº 13.005/2014);
- Plano Estadual de Educação do Maranhão (Lei Estadual Nº 10.009/2014);
- Plano Municipal de Educação de Arari (Lei Municipal Nº 014/2015);
- Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação para as Relações Étnicorraciais;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica e;
- Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Durante esse processo, a equipe responsável da escola deve estar atenta às contribuições e reflexões feitas no grupo, para então, sistematizar o que o grupo acredita ser essencial garantir na elaboração do documento.

Sugestões para orientar a leitura das legislações:

- Como estas legislações amparam a proposta de Educação Integral da rede?
- Que ações e estratégias elas preconizam?
- Sabendo que mais da metade da população de Arari é negra, como garantir que haja um reconhecimento e valorização das identidades dos/as alunos negros no cotidiano escolar?
- Como assegurar que a escola contemple as diversidades e singularidades presentes no território maranhense e arariense no dia a dia da escola?
- Como garantir que as escolas rurais estejam em consonância com as premissas da Educação do Campo?
- Como levar em consideração as especificidades das comunidades tradicionais presentes em Arari na construção do PPP?

PASSO 05 - ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PPP

Fomentados pelos estudos realizados, os integrantes da comissão heterogênea são convidados a organizarem o processo de elaboração do documento seguindo as seguintes etapas:

1

Definição da estrutura do documento

Assim como no passo anterior, cabe à equipe da escola trazer para a discussão os elementos essenciais constituintes do PPP, com base no que é definido na legislação. No entanto, por caracterizar um processo coletivo e participativo, é importante que as demandas trazidas pelos participantes, desde a etapa de expectativas, sejam também levadas em consideração durante o processo de construção do documento. Isso trará vitalidade ao processo.

Dos elementos essenciais destacamos:

a. **Diagnóstico** - dados da Escola, caracterização da comunidade escolar, mapeamento dos potenciais educativos do território, indicadores educacionais, dentre outros;
b. **Planejamento** - definição da missão, visão e valores e definição dos planos de ação a partir do plano de ensino;
c. **Monitoramento** - acompanhamento da implementação das ações e convite para a revisão e atualização do PPP, de acordo com os prazos estabelecidos.

Ainda sim, em consonância com os princípios já asseverados para esse processo, especialmente da Gestão Democrática, é fundamental que cada uma desses etapas sejam orientadas para o fomento e a efetiva participação da comunidade escolar. Além disso, os insumos coletados a partir da política pública devem somar-se àqueles gerados pela

própria comunidade, de modo que essas informações sejam qualificadas e territorializadas. Tanto o processo de construção do fomento dessa participação, quanto as informações geradas por ele devem ser consideradas em cada etapa descrita acima.

2 Constituição de Grupos de Trabalho

Após a construção coletiva da estrutura do documento, sugerimos a divisão dos integrantes da comissão heterogênea em Grupos de Trabalhos (GTs) para que ninguém fique sobrecarregado. Exemplo: GT responsável pela Caracterização da comunidade e Mapeamento do território; GT responsável pelo levantamento das práticas pedagógicas exitosas da escola. Essa definição deverá ser feita no coletivo e com base na estrutura definida.

IMPORTANTE

o desejo de cada participante deve ser levado em consideração na divisão de tarefas e responsabilidades.

Cada Grupo de Trabalho deverá construir um plano de trabalho definindo ações, responsáveis por cada ação, prazos de entrega (cronograma), levantamento de custos e o que mais julgarem necessário. É necessário que durante todo esse processo, os grupos tenham espaços para socializarem e validarem suas construções com os demais integrantes, de forma a garantir um processo mais linear, facilitando a junção dos trabalhos, posteriormente.

IMPORTANTE

Cada GT tem que ter uma pessoa responsável pela sistematização e relatoria dos resultados dos estudos, pesquisas e coletas realizadas.

PASSO 06 - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DE TRABALHOS DAS COMISSÕES

Ao definirem seus planos de trabalho, os GTs deverão apresentar seus resultados e produções aos demais integrantes do grupo, para, então procederem com a organização da redação final do documento, podendo essa ficar sob a responsabilidade de um grupo especificamente, desde que este contenha representantes da gestão escolar; a partir da estrutura previamente definida (ver passo 04).

PASSO 07 - VALIDAÇÃO DO DOCUMENTO

Com a redação final do PPP é necessário validá-lo com a comunidade escolar, assim sugerimos que seja realizado um momento de participação comunitária. Esse momento pode ser por meio de assembleia, conferência ou outro que seja mais eficaz de acordo com o contexto local. O mais importante é que esses espaços sejam, de fato, espaços de participação, garantindo a escuta das demandas e anseios de moradores destes territórios e participação dessas comunidades nos processos de tomadas de decisões, trazendo-lhes reconhecimento e pertencimento ao processo.

Portanto, é imprescindível que as contribuições da comunidade sejam contempladas na escrita final do documento, após a validação.

PASSO 08 - DIVULGAÇÃO DO PPP

O Projeto Político Pedagógico deve ser um documento vivo, dinâmico, passível de aperfeiçoamentos e que esteja acessível à comunidade. E mais, os princípios estabelecidos e as ações propostas devem ser incorporadas no cotidiano do território, assim, sugerimos duas possibilidades:

Minuto escola

- **Produção de vídeos curtos com trechos do PPP em uma linguagem de fácil compreensão, por exemplo:**
    - Vídeos com integrantes da comunidade falando da importância da escola;
    - Vídeos com as/os alunas/os falando da escola que desejam e;
    - Vídeos com as/os profissionais da educação apresentando a escola.

Estandartes/Bandeiras do PPP

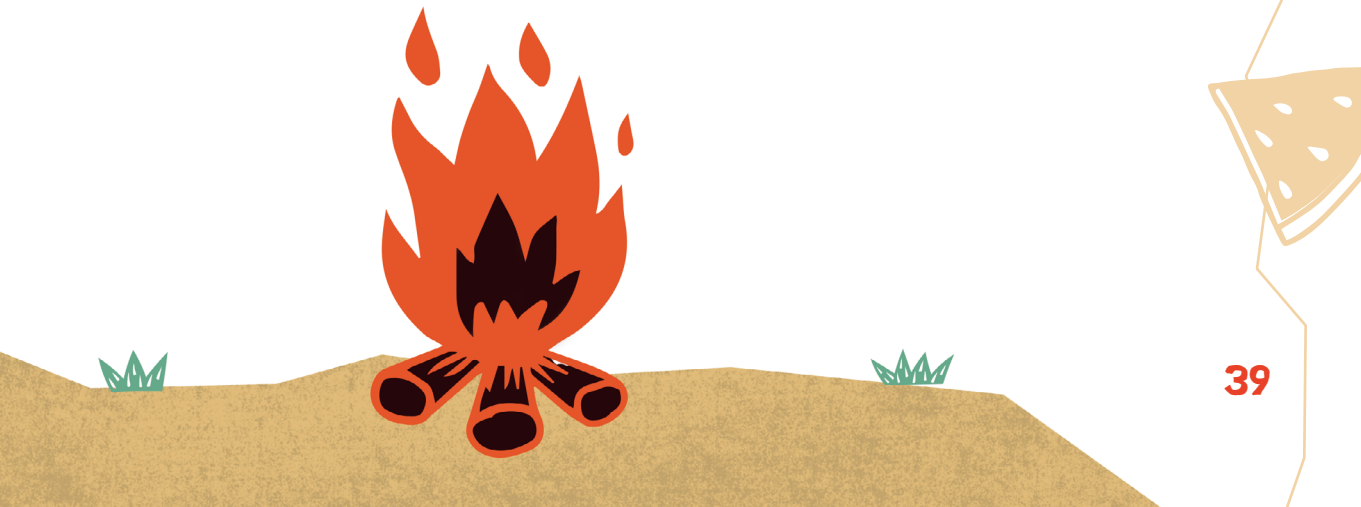
- **Produção de estandartes/bandeiras com as principais ações da escola e colocados em lugares estratégicos na comunidade/bairro, por exemplo:**
    - Associações;
    - Igrejas;
    - Comércios etc.

PASSO 09 - PROPOSTA DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO

É importante que o PPP tenha suas ações acompanhadas e avaliadas durante todo o ano e que seja revisado e atualizado periodicamente com o intuito de ser conhecido e fazer sentido para os novos integrantes da comunidade. Também deverá ser atualizado de acordo com os novos contextos, novas demandas e em caso de mudanças nas legislações. O período sugerido para esta revisão é de dois anos.

Para a revisão e atualização do PPP, sugerimos esse mesmo passo a passo, sempre levando em consideração as particularidades de cada território e unidade escolar.

É importante que o PPP revisado/atualizado seja aprovado pelo Conselho Escolar e divulgado para a comunidade.



PARTE 3

O PAPEL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO E REVISÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) A PARTIR DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

MODELO DE GESTÃO INTEGRADA

A Secretaria Municipal de Educação de Arari se consolida também como fator de garantia do crescimento pessoal através da aplicabilidade das políticas públicas dimensionadas a todos os cidadãos (Desenho Inicial da Política de Educação Integral do Sistema Municipal de Ensino de Arari – MA).

A construção destas “Diretrizes para a elaboração dos projetos político pedagógicos das escolas da rede municipal de educação de Arari” implica a Secretaria Municipal de Educação (SME) a rever seus processos de gestão com o intuito de apoiar as unidades escolares a construírem seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de acordo com o contexto e realidade do território em que estão inseridas, fazendo com que o documento tenha sentido para a comunidade escolar e não apenas cumpra uma mera burocracia prevista nas legislações. Importante destacar que esse caráter contextualizado e participativo é amparado pela LDB (BRASIL, 1996), dado que Arari possui seu próprio sistema de ensino.

Nesse modelo de gestão integrada, é importante que a SEMED promova ações que reconheçam as estratégias criadas pelas escolas de forma autônoma, bem como assegure condições de fortalecimento, potencialização das ações, assim como oportunize espaços e tempos de interações entre as escolas da rede para um compartilhamento de práticas, inclusive no que se refere a elaboração do PPP e sua implementação, acompanhamento e avaliação.

Cabe à Secretaria Municipal de Educação o importante papel de fazer com que os PPPs das escolas sejam construídos de forma participativa com a comunidade e de modo democrático, assim, também é sua função de garantir as condições necessárias para que esse documento seja vivo, dinâmico e tenham os recursos necessários para sua efetivação no dia a dia escolar.

E mais, é relevante que a SEMED tenha como premissa a articulação dos diferentes e diversos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das unidades escolares em seus processos de compra de merenda escolar, definição de rotas do transporte escolar, elaboração dos planos de formação continuada, construção de projetos, estabelecimento de parcerias, dentre outras ações da Secretaria, pois assim, o princípio da equidade será o pilar para as decisões, uma vez que os PPPs das escolas serão o ponto de partida e representam também os sonhos das comunidades.

Portanto, respeitando a autonomia das escolas, a SEMED tem como atribuição nesse processo garantir os meios necessários para que as comunidades escolares participem de forma democrática e que o formato do documento esteja em consonância com os seus anseios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARARI. **Desenho Inicial da Política de Educação Integral do Sistema Municipal de Ensino de Arari – MA**. 2019. Centro de Referências em Educação Integral / Fundação Vale.

ARARI. **Subsídios para Elaboração Curricular da Rede Municipal de Educação de Arari - MA**. 2019. Centro de Referências em Educação Integral / Fundação Vale.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. BRASIL.

CENTRO DE REFERÊNCIAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL (CREI). **Currículo e Educação Integral na Prática** - Uma referência para Estados e Municípios. Caderno 1. São Paulo, CREI, 2019. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/curriculo-na-educacao-integral/wp-content/uploads/2019/01/caderno-1-curriculo-e-ei-na-pratica.pdf>

EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO. **Currículo da Cidade Educadora**. Disponível em: http://www.educacaoeterritorio.org.br/especiais/curriculo-da-cidade-educadora.

PIETRI, Ana Paula de; MOREIRA, Ivy; MASCARENHAS, Thais. **Projeto Político Pedagógico** - Centro Integrado de Educação Integral Serra Grande do município de Uruçuca, no estado da Bahia. 2020. Centro de Referências em Educação Integral / Instituto Arapyaú. Disponível em <https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2020/12/PPP-Serra-Grande.pdf> Acesso em 29 de agosto de 2023.

SANTOS, Milton. Território e dinheiro. In: **Revista Geografia**. Niterói: programa de Pós-graduação em Geografia - PPGEO - UFF/AGB, v.1, n1. p. 7 a 13, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1983.

Silva, Givânia Maria da. **Caderno educação escolar quilombola**. Brasília: Faculdade Latino--Americana de Ciências Sociais, 2020. Disponível em <http://praticaseducativas.org.br/documentos/educacao_escolar_quilombola.pdf> Acesso em 29 de agosto de 2023.

SINGER, Helena. **Territórios Educativos: experiências em diálogo com o Bairro-Escola**. São Paulo: Moderna, 2015. Volume 1.

SINGER, Helena. **Territórios Educativos: experiências em diálogo com o Bairro-Escola**. São Paulo: Moderna, 2015. Volume 2.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da escola**: Uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.

Parceiro Financiador:

PORTICUS

Implementação:

Centro de Referências em Educação Integral

CIDADE ESCOLA APRENDIZ

Parceiros Institucionais:

CAMPANHA NACIONAL DIREITO À EDUCAÇÃO

comunidade educativa CEDAC

FLACSO BRASIL

unicef

UNDIME MA União dos Dirigentes Municipais de Educação